

**Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)**



Elementos de Administração 6

Clayton Robson Moreira da Silva

(Organizador)

Elementos de Administração

6

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E38	Elementos de administração 6 [recurso eletrônico] / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Elementos de Administração; v. 6) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-180-0 DOI 10.22533/at.ed.800191303 1. Administração – Estudo e ensino. 2. Administração – Professores – Avaliação. I. Silva, Clayton Robson Moreira da. II. Série. CDD 658.4
-----	---

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Elementos de Administração” compreende uma série com sete volumes de livros, publicados pela Atena Editora, os quais abordam diversas temáticas inerentes ao campo da administração. Este sexto volume, composto por dez capítulos, contempla trabalhos com foco no ensino em administração e está dividido em três partes.

A primeira parte deste volume agrega três capítulos que desenvolvem pesquisas desenvolvidas com discentes de administração, proporcionando a reflexão acerca de diferentes pontos e percepções dos estudantes dessa área, tais como: motivação, planejamento de carreira e avaliação do ensino superior. A segunda parte deste volume compreende três capítulos que reúnem estudos sobre a atuação do docente de administração e gestão universitária, possibilitando que o leitor compreenda temáticas voltadas às competências docentes, à utilização de mecanismos para a educação a distância e perspectivas sobre a gestão universitária. Na terceira parte deste volume, são apresentados quatro capítulos que contemplam pesquisas sobre aprendizagem e formação de gestores.

Dessa forma, este quarto volume é dedicado àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos e percepções sobre os “Elementos de Administração” com foco no ensino em administração, por meio de um arcabouço teórico construído por uma série de artigos desenvolvidos por pesquisadores renomados e com sólida trajetória no campo da administração. Ainda, ressalta-se que este volume agrega à área de administração à medida em que reúne um material rico e diversificado, proporcionando a ampliação do debate sobre as diferentes percepções dos agentes que atuam no processo de ensino em administração.

Por fim, espero que este livro possa contribuir para a discussão e consolidação de temas relevantes para a área da administração, levando pesquisadores, docentes, gestores, analistas, consultores e estudantes à reflexão sobre os assuntos aqui abordados.

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

PARTE I - ESTUDOS COM DISCENTES DE ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO 1 1

UMA ANÁLISE MOTIVACIONAL, ATRAVÉS DA TEORIA DA AUTODETERMINAÇÃO, DOS ALUNOS CONCLUÍNTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Merylisa Furlan

Luiz Fernando Lara

Marcos Roberto Kühl

DOI 10.22533/at.ed.8001913031

CAPÍTULO 2 23

PLANEJAMENTO DE CARREIRA DOS GRADUANDOS EM ADMINISTRAÇÃO

Rodolfo Jakov Saraiva Lôbo

Elias Pereira Lopes Júnior

Francisco Eliel da Silva

DOI 10.22533/at.ed.8001913032

CAPÍTULO 3 44

A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOBRE O ENADE

Bárbara Oliveira De Moraes

Adalberto Oliveira Brito

Evandro Luiz Xavier Costa

Fernanda De Araújo Calmon Melo

DOI 10.22533/at.ed.8001913033

PARTE II – ATUAÇÃO DOCENTE EM ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO UNIVERSITÁRIA

CAPÍTULO 4 60

COMPETÊNCIAS PARA A DOCÊNCIA COMO PARÂMETROS DE AUTOAVALIAÇÃO DO PROFESSOR DE ADMINISTRAÇÃO

Leticia Zveiter de Albuquerque

DOI 10.22533/at.ed.8001913034

CAPÍTULO 5 82

O USO DO MOODLE E A INTELIGÊNCIA COLETIVA: ESTUDO COM PROFESSORES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE UMA IES DA CIDADE DE SÃO PAULO

Priscila Ferreira Beni

Nadir Raquel Cunha de França

Gilberto Perez

Andréia Oliveira de Assumpção

Moisés Ari Zilber

DOI 10.22533/at.ed.8001913035

CAPÍTULO 6 102

GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA PERSPECTIVA DA ATUALIDADE DE BENNO SANDER PARA OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

Mônica Mota Tassigny

Flavia Lorenne Sampaio Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.8001913036

PARTE III – APRENDIZAGEM E FORMAÇÃO DE GESTORES

CAPÍTULO 7	126
APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETO. UMA APLICAÇÃO NO CURSO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO	
<i>Evandro Moritz Luz</i>	
<i>Mara Regina Balena</i>	
<i>Marcia Regina Coelho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8001913037	
CAPÍTULO 8	139
APRENDIZAGEM TRANSFORMADORA NO MERCADO DE CAFÉS ESPECIAIS: UM ESTUDO MULTICASOS	
<i>Elisa Reis Guimarães</i>	
<i>Ricardo Braga Veroneze</i>	
<i>Maísa Mancini Matioli de Sousa</i>	
<i>Antônio Carlos dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8001913038	
CAPÍTULO 9	156
A FORMAÇÃO DE ADMINISTRADORES NO BRASIL E A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: REFLEXÕES ACERCA DE UMA POSSÍVEL INTERSECÇÃO	
<i>Aline Louise Kerch</i>	
<i>Elaine Di Diego Antunes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8001913039	
CAPÍTULO 10	174
DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS NO ENSINO SUPERIOR DA MARINHA DO BRASIL	
<i>Jefferson Davi Ferreira dos Santos</i>	
<i>Danieli Aparecida From</i>	
DOI 10.22533/at.ed.80019130310	
SOBRE O ORGANIZADOR	181

A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOBRE O ENADE

Bárbara Oliveira De Morais

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

bomoraais@gmail.com

Adalberto Oliveira Brito

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

adalbertooliv@gmail.com

Evandro Luiz Xavier Costa

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

elxcosta@gmail.com

Fernanda De Araújo Calmon Melo

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

nandinhacalmonrj@hotmail.com

Segundo informações presente no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), é responsável por avaliar o rendimento dos estudantes em situação de conclusão dos cursos de graduação referentes ao conteúdo programático, habilidades e competências adquiridas na formação do aluno. Prestar o exame é obrigatório e essa situação de participante ou dispensado do exame deve constar no histórico escolar, conforme o art. 5º, § 5 da Lei nº 10.861/2004.

De acordo com Griboski (2012), em relação às considerações sobre a aplicação do ENADE, o principal aspecto a ser considerado envolve muito mais do que o resultado a ser alcançado, pois para a autora, é a participação do estudante no processo avaliativo, o aspecto que deve se constituir como elemento central para saber a qualidade do curso que está sendo ofertado. Tem-se, portanto, além da avaliação do aluno com o ENADE, o subsídio para a produção de indicadores que visam aferir a qualidade e os processos de avaliação dos cursos das Instituições de Ensino Superior.

Conforme dados presentes no Portal do Ministério da Educação – MEC, a primeira aplicação do ENADE ocorreu em 2004, de lá

1 | INTRODUÇÃO

No decorrer de um curso semipresencial algumas informações não chegam com a devida clareza ou passam despercebidas para alguns alunos. Diante do fato da maioria do contato do curso semipresencial se dar através de uma plataforma virtual, alunos de diferentes polos e períodos possuem percepções, julgamentos e contribuições diferentes a respeito do ENADE.

Criado em 2010, o curso de Administração Pública semipresencial da UFF é ofertado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB através do consórcio de universidades públicas CEDERJ, e em 2017 verificou-se que o resultado do último exame prestado em 2015, foi de conceito 4 .

para cá mudanças significativas foram implementadas no exame que garantiu que mais usuários pudessem participar e contribuir para análises dos cursos e do Ensino Superior no país.

O presente artigo tem como objetivo geral conhecer as percepções dos alunos do curso de Administração Pública semipresencial da Universidade Federal Fluminense oferecido via consórcio UAB, através de um questionário com perguntas semiestruturadas. Visa-se investigar a percepção e motivação dos discentes quanto à participação no exame. Sabe-se que a exigência de realização do exame para que o aluno tenha acesso ao seu diploma é o fator diferencial para que os selecionados compareçam à avaliação.

Estabelece-se como objetivo específico conhecer o grau de informação dos alunos quanto à estrutura e funcionamento do exame, além de investigar as visões quanto à eficácia do ENADE na vida profissional e acadêmica através das percepções aferidas. Esse propósito será alcançado através da coleta de dados primárias embasada em artigos científicos, pesquisas no âmbito da internet e livros, seguido da coleta de dados secundários extraída de questionário realizado com alunos e egressos do curso de Administração Pública Semipresencial do período 2010 a 2017.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Instrumentos do Enade

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE é composto por uma prova, um questionário de impressões dos estudantes sobre a prova, o questionário do estudante e o questionário do coordenador (a) de curso. A prova é composta de 40 questões, sendo 10 questões da parte de formação geral e 30 da parte de formação específica da área, contendo as duas partes questões discursivas e de múltipla escolha. Com o seguinte peso: Formação Geral (FG) - composta de 10 questões, sendo 8 de múltipla escolha e 2 discursivas

= 25% e Componentes Específicos (CE) - composta de 30 questões, sendo 27 de múltipla escolha e 3 discursivas = 75% .

O SINAES, estabelecido na Lei 1086/04 de 14 de Abril de 2004 tem no art.5º, § 1º a seguinte definição:

O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

De acordo com o Inep, consideram-se como estudantes habilitados ao ENADE todos os acadêmicos ingressantes e concluintes. Entretanto, no exame de 2015,

somente os acadêmicos concluintes participaram da prova e espera-se que em 2018 mantenha-se da mesma maneira. Desde 2004, apenas participam estudantes de cursos previamente selecionados, portanto, de acordo com os ciclos de três anos para cada curso, se um aluno do curso de Administração Pública prestou o exame em 2015, um novo conceito será obtido provavelmente no exame de 2018.

A partir do ENADE, conforme dados do INEP (2017), compreendem-se conforme abaixo os seguintes relatórios e resultados:

1. Boletim de Desempenho do Estudante;
2. Relatório do Curso;
3. Relatório da Área;
4. Relatório da Instituição;
5. Resumo Técnico.

Segundo Brito (2008), o ENADE, que é um exame em larga escala, não avalia a ênfase do curso, mas sim os itens que constam das diretrizes curriculares nacionais, comuns a todos os cursos e a partir dos quais os projetos são construídos. Percebe-se, portanto, que no âmbito profissional, não se tem ainda através do exame uma avaliação com peso profissional que garantirá ao aluno formando uma ferramenta que possibilite utilização desses dados para empregar-se, mas sim uma avaliação que afere dentro da base curricular do curso aferido um instrumento de avaliação voltada para a universidade.

Conforme descreve Pereira (2010), o método de aplicação do exame, a formulação das provas, a obrigatoriedade, a padronização e as formas de punição são os elementos que dão razões às críticas e colocam em xeque a legitimidade do ENADE.

Dessa forma, a partir dos resultados do ENADE, tem-se a possibilidade que o corpo acadêmico compreenda as potencialidades de melhorias necessárias ao curso. Mas há também

a necessidade de se transformar esses dados em instrumentos facilitadores da promoção de ações que visem o aprimoramento dos alunos dos cursos e da própria universidade como impulsionadora de futuros profissionais.

2.2 O Curso de Administração Pública semipresencial da UFF e o ENADE

Segundo Poll e Abreu (2010), o curso de Administração Pública, foi idealizado a partir da demanda por uma nova agenda de políticas públicas para o Brasil. No ano de 2015, em que tanto o curso presencial quanto o semipresencial foram avaliados, ambos os cursos receberam o conceito 4 no ENADE.

Dados do Instituto de Ciências Humanas e Sociais demonstram de maneira compilada a situação do curso de Administração Pública da UFF. Em comparação a demais universidades brasileiras que também ofertam o curso e que participaram

do ENADE em 2015, a UFF obteve destaque. Foram 51 cursos avaliados da área de Administração Pública em ambas as modalidades, presencial e semipresencial, considerando apenas a modalidade EAD, o curso apresenta-se como o segundo melhor do Brasil, atrás da UFSC.

Da Cruz (2013) procurou verificar a possível relação entre a proporção dos diferentes conteúdos curriculares e o desempenho dos alunos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE do ano de 2009. Nessa pesquisa o autor sugere desempenho diferenciado dos alunos por região do país.

Ao considerar-se os cursos no Estado do Rio de Janeiro em comparação as demais universidades federais do Estado, a UFF é a melhor em comparação com UNIRIO (9º Lugar), UFRJ (19º Lugar) e UFRRJ (23º Lugar). Se levarmos em consideração dados da pesquisa de Da Cruz (2013), percebemos que no mesmo estado já temos percentuais distintos no mesmo curso em mesma modalidade.

Para Neves e Domingues (2009), há pertinência na preocupação de se avaliar a formação do estudante devido três itens: o advento da globalização, a abertura dos mercados e o rápido avanço tecnológico. Portanto, para os autores, uma boa qualificação profissional se faz necessária para que seja possível o indivíduo se inserir no mercado de trabalho.

Na concepção do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (2004), a qualidade das Instituições de Ensino Superior, estão atreladas à participação dos diferentes atores institucionais e a estes são conferidas responsabilidades democráticas e divulgados pela criação de uma cultura de qualidade.

Para Verhine (2006), a premissa é que os exames devem oferecer contribuições para o aprimoramento e delineamento do próprio exame atual, para efeitos diagnósticos, de regulação ou de quaisquer outras intenções do Estado na sua função avaliativa.

Portanto, espera-se que tanto as Universidades quanto os alunos tenham como atributo qualidade e atinjam um padrão de desempenho aceitável. Entretanto, muitos estudantes questionam a validade de ser avaliado na reta final do curso, pois as possíveis melhorias não seriam aproveitadas para esses que prestaram o exame e talvez sequer implementadas para os demais estudantes que ainda irão terminar a graduação.

2.3 Parcerias para formação do Administrador Público

Para Kenski (2010), as dificuldades para a criação de cursos e o oferecimento regular de disciplinas à distância orientaram as instituições para a agregação em aglomerados, ou consórcios, para enfrentarem juntas os vários problemas e fazer face ao desafio desta nova modalidade de ensino.

O Bacharelado em Administração Pública é viabilizado através de uma parceria entre a Universidade Federal Fluminense - UFF/Instituto de Ciências Humanas e Sociais - ICHS, a Universidade Aberta do Brasil - UAB/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e o Consórcio CEDERJ. Conforme informações

disponibilizadas na CAPES, o Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP tem por objetivo geral formar profissionais com amplo conhecimento em administração pública, capazes de atuar no âmbito federal, estadual e municipal, administrando com competência e ética as organizações governamentais e não governamentais.

Dessa forma, diversos alunos buscam na graduação a profissionalização na área pública, que se dá através de plataforma virtual com auxílio de ferramentas como material didático impresso e disponibilizado gratuitamente, suporte disponibilizado via tutorias presenciais nos polos e atendimento via chat e 0800. A sede do curso é em Volta Redonda, entretanto são nos polos presenciais que atualmente são oito polos, que o aluno possui apoio administrativo e pedagógico, distribuídos nas cidades de: Paracambi, Volta Redonda, Belford Roxo, Campo Grande, Nova Iguaçu, Três Rios, Itaocara e Bom Jesus do Itabapoana.

Segundo o PNAP (2013), o programa está voltado para a formação de egressos capazes de atuarem de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos e desenvolvimento das organizações governamentais e não governamentais, de forma a possibilitá-las atender às necessidades e ao desenvolvimento da sociedade. Conforme Mugnol (2009), apesar do progresso recente da educação a distância, muitos dos seus principais pontos estratégicos ainda não foram discutidos com a profundidade necessária.

Observa-se que o Bacharelado semipresencial é oferecido através da parceria entre UAB e UFF, mas cabe ao CEDERJ realizar o vestibular e disponibilizar na estrutura física do polo o atendimento ao aluno. O CEDERJ é um consórcio que reúne diversas universidades públicas no Estado do Rio de Janeiro e disponibiliza acesso ao ensino não apenas superior, mas também EJA, pré-vestibular e Extensão.

A periodicidade do vestibular é semestral, portanto, é ofertado duas vezes ao ano conforme a distribuição de vagas nos polos. Há a possibilidade de o candidato utilizar a nota do ENEM ou realizar a avaliação própria (vestibular) composta de 60 questões objetivas e específicas discursivas de acordo com o curso escolhido.

Segundo Schlosser (2010), a procura por cursos na modalidade a distância nos desperta um olhar crítico sobre o sistema de educação formal e seu real valor na vida adulta. Tem-se uma oportunidade através do EAD, de pessoas que não tiveram acesso ao ensino superior se inserirem no ambiente acadêmico.

3 | METODOLOGIA

Por se tratar de tema pouco trabalhado na área de Administração Pública e pela carência de pesquisas específicas que investigam a motivação dos alunos do curso citado na realização da avaliação do ENADE e quais as contribuições do exame na vida profissional e acadêmica, quanto ao método e forma de abordagem, optou-se

por desenvolver um estudo quali-quantitativo interpretativo. Para tanto, privilegiou-se discutir o tema do trabalho a partir da percepção dos alunos entrevistados baseando-se num estudo de caso.

Conforme Llewellyn e Northcott (2007, p. 198), o estudo de caso é um procedimento metodológico que enfatiza entendimentos contextuais, sem esquecer-se da representatividade. Para Eisenhardt (1989, p.536), centra-se na compreensão da dinâmica do contexto real. Segundo Gil (2002, p. 54) envolve-se num estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

Dessa forma, por serem limitados os trabalhos abordando o tema a respeito da percepção dos alunos de Administração Pública sobre o ENADE, especificamente o EAD ofertado pelo programa PNAP, justifica-se a escolha do Bacharelado em Administração Pública semipresencial como objeto de estudo por ser esse curso capaz de formar profissionais capazes de enfrentar o dinamismo das transformações no âmbito interno e externo das organizações públicas.

A coleta de dados utilizada constitui-se de pesquisa bibliográfica, que privilegiou a análise de documentos com entrevista semiestruturada composta de perguntas abertas e fechadas. Grande parte dos documentos analisados constituem-se públicos, enquanto que a entrevista semiestruturada foi escolhida por estar mais bem adaptada aos objetivos que o trabalho propõe. Os entrevistados foram selecionados de maneira que estudantes que estão em curso e que já o concluíram pudessem colaborar com suas percepções.

A obtenção de informações para realizar a pesquisa se deu através de um questionário com questões fechadas e abertas. No total, **oitenta e um alunos** do curso responderam as perguntas propostas. A pesquisa foi realizada via formulário online, disponibilizado nas redes sociais que os alunos possuem acesso e trocam informações via grupos como Facebook, E-mail e Whatsapp. A dificuldade na coleta de dados se deu a pouca cooperação de alunos. Não foi possível identificar o motivo da resistência em responder o questionário, mesmo diante do sigilo dos respondentes.

O questionário aplicado foi estruturado em 02 questões objetivas visando obter o sexo dos alunos e sua percepção quanto o preparo do aluno por parte da Instituição para prestar o ENADE e 08 questões discursivas, que visam coletar informações a respeito de seu Polo, semestre e ano de início do curso, além da percepção dos alunos quanto a validade do ENADE em sua carreira, bem como conhecer os sentimentos da obrigatoriedade de realização da prova.

As respostas das perguntas abertas foram transcritas para sua posterior análise, sendo a técnica escolhida para interpretar os dados colhidos, a de análise de conteúdo. Selecionamos fragmentos de textos, que serão apresentados a seguir com seus comentários e análises reflexivas.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira pergunta do questionário buscou identificar a distribuição dos alunos por polo e por semestre de ingresso. Como verificado no gráfico a seguir, a participação maior foi do polo de Belford Roxo 36%, seguida por Nova Iguaçu 14%, Campo Grande 12%, Três Rios 11%, Paracambi 9%, Volta Redonda 7%, Bom Jesus 6% e Itaocara 5%.

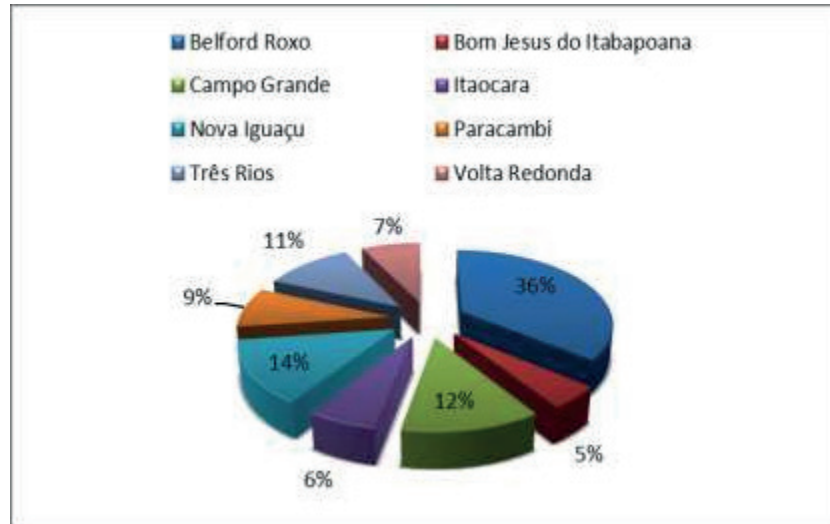


Gráfico 1: Demonstrativo dos alunos pesquisados por polo

Fonte: Dados da Pesquisa. Elaborado pelo autor.

Quanto à participação dos alunos por semestre de ingresso, verificou-se que a maior participação se deu entre os alunos do segundo semestre para a maioria dos polos, exceto por Campo Grande, que teve 70% dos alunos respondentes com ingresso no 1º semestre.

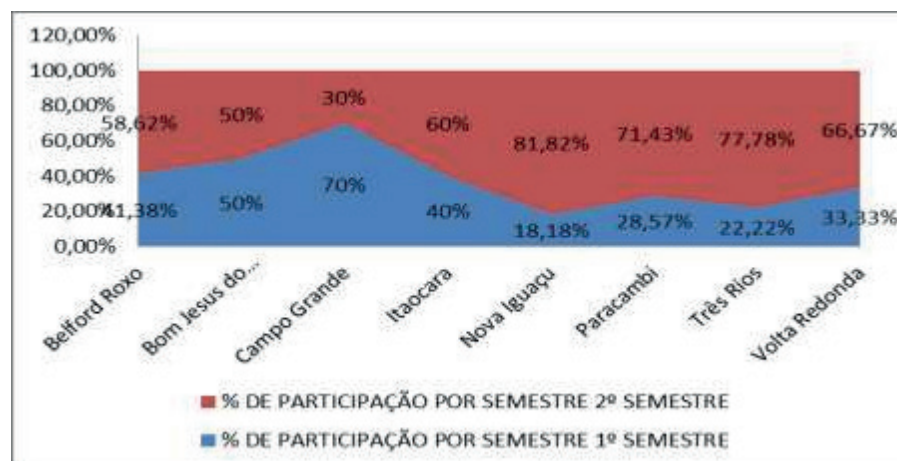


Gráfico 2: Percentual dos alunos respondentes por semestre de ingresso

Fonte: Dados da Pesquisa. Elaborado pelo autor.

Outro elemento importante, que foi contemplado pela Questão 2, permitiu conhecer em termos de gênero a participação dos alunos. Dos 81 alunos que responderam a pesquisa 55,2% são do sexo Masculino e 44,8% são do sexo Feminino. Percebe-se

que ainda temos um distanciamento da figura feminina nos cursos de Administração Pública. A pesquisa não contemplou as razões que levaram cada gênero a escolher o curso, entretanto, tem-se no dia-a-dia do polo a percepção de que a figura masculina é maior do que a feminina, o que se confirmou através dos dados do questionário.

Tendo em vista que foi proposta a participação de alunos com a graduação em curso e também a participação dos que já o concluíram, percebeu-se que a participação no questionário dos alunos que concluíram o curso e participaram do ENADE foi significativa.

Dos 81 alunos que responderam ao questionário, 15 alunos prestaram o ENADE em 2015 e influenciaram no conceito 4 e correspondem a 18,51% dos respondentes. Os outros 66 alunos, não prestaram o exame, mas conseguiram explica-lo. A maioria tem a visão que o ENADE mede a qualidade do ensino e atribuem em alguns casos, que o exame serve como avaliador do aproveitamento do aluno e mede seu grau de conhecimento, conforme se verifica em trechos a seguir:

“Exame que mede a qualidade do ensino nas instituições de ensino superior.” (Q8)

“ENADE é o método de avaliação do ensino superior.” (Q11)

“Um exame que qualifica os cursos e sua faculdade.” (Q14)

“Um exame que avalia o ensino que está sendo aplicado nas universidades, o rendimento do aluno.” (Q20)

Na questão 4, a pesquisa buscou investigar se os alunos sabem do que é composto o ENADE. Dos 81 alunos que responderam o questionário, apenas 16 alunos disseram saber do que o exame é composto e apenas 1 souber definir corretamente a composição do ENADE. Dentre as respostas dos alunos que afirmaram saber do que o exame é composto mas não responderam corretamente, tem-se as respostas abaixo:

“Presumo que deva ser compostos das disciplinas conforme a graduação do aluno e assuntos em geral.” (Q2) “De uma avaliação do conteúdo dado ao aluno.” (Q50)

“Matérias relativas ao curso”. (Q19)

“Composto dos conteúdos programáticos do curso em que o aluno está matriculado”. (Q24) “De disciplinas atinentes a grade curricular dos cursos de Administração.” (Q37)

“Que eu me lembre ele é composto de questões específicas em relação ao curso que a pessoa está fazendo e também algumas de conhecimentos gerais.” (Q6)

Dos 65 alunos que não souberam do que é composto o exame, 2 se propuseram a responder da maneira como acreditam que o exame é composto:

“Não exatamente, sei que é composto de uma prova específica e prova geral para todos os cursos.” (Q17)

“Não sei exatamente, porém sei que avaliam a grade do curso é toda sua estrutura.” (Q48)

Observa-se, portanto, que considerando as respostas, é possível afirmar que os alunos não possuem conhecimento sobre o formato da prova, tendo em vista que o exame é composto de: uma prova, um questionário de impressões dos estudantes sobre a prova, o questionário do estudante e o questionário do coordenador (a) de curso.

Outro elemento que o questionário buscou identificar foi a respeito da percepção da obrigatoriedade do exame e os sentimentos que tal situação provoca. Quanto aos sentimentos as palavras que mais estiveram presentes foram: **Ansiedade, Preocupação, Medo, Descontrole, Pânico, Revolta, Tristeza, Indiferença e Desconforto**. Destaque para o trecho a seguir, em que um aluno acredita que não há necessidade de nova avaliação já que na universidade passa por avaliações:

“(...) acho horrível ser obrigado a fazer uma prova quando dentro da universidade já somos avaliados. Deveriam se preocupar em avaliar o curso através da avaliação interna e não num exame em que diversas pessoas só o realizam por conta do diploma.” (Q62)

Foi possível identificar que há um consenso sobre a obrigatoriedade da avaliação e para 73% dos alunos que responderam ao questionário, ou seja, 59 alunos, o ENADE não deveria ser obrigatório. Embora a maioria seja contra a obrigatoriedade do exame, os alunos enxergam a necessidade de ser avaliado, como verifica-se a seguir:

“Concordo que tenha que ser obrigatório para que os gestores que precisam cumprir suas metas de avaliação (preencher papel) consigam alcançá-la. O sentimento que a obrigatoriedade de realizar o exame é exatamente a revolta de ser obrigado a contribuir para mais uma máscara que o modelo de gestão adotou.” (Q25)

“Acho válido sua aplicação, mas discordo um pouco por sua obrigatoriedade.” (Q59) “Acho que não deveria ser obrigatório, pois isso remete a uma certa ansiedade.” (Q42) “Não acho q deveria ser obrigatório, mas sim, facultativo a todos os alunos.” (Q68)

“Não concordo com a obrigatoriedade. Alguns alunos boicotam o exame, o que gera um falso resultado.” (Q44)

Há também a percepção que o benefício é voltado para as universidades mais do que propriamente dito para o aluno e que há alunos que boicotam o exame interferindo no resultado, conforme trechos abaixo:

“Acho que não deveria ser obrigatório, deveria ser mais esclarecido, que o resultado valoriza muito a instituição que o aluno vai receber o diploma.” (Q15)

“Concordo com a realização do exame, porém sua obrigatoriedade não é nenhum pouco efetiva, considerando que os que vão fazer a prova muitas vezes não se esforçam na realização do exame.” (Q5)

“A obrigatoriedade me trás um sentimento de dúvida se realmente é um método eficaz para se avaliar a universidade”. (Q12)

“Ruim. Pois faz com que algumas pessoas não deem valor e, conseqüentemente, não se tenha a percepção exata do nível de cada instituição de ensino.” (Q55)

Ao questionar sobre a percepção da necessidade da Universidade preparar o aluno para prestar o exame, percebeu-se que embora 73% sejam contrários a obrigatoriedade da avaliação e demonstre importância em ser avaliado, dos 81 alunos que responderam ao questionário, 47% é favorável ao preparo do aluno através da Instituição. Destaca-se que embora 39% não credite a responsabilidade de preparo à Universidade, outros 14% tem dúvida sobre caber ou não a IES à responsabilidade de preparo do aluno para prestar o ENADE.

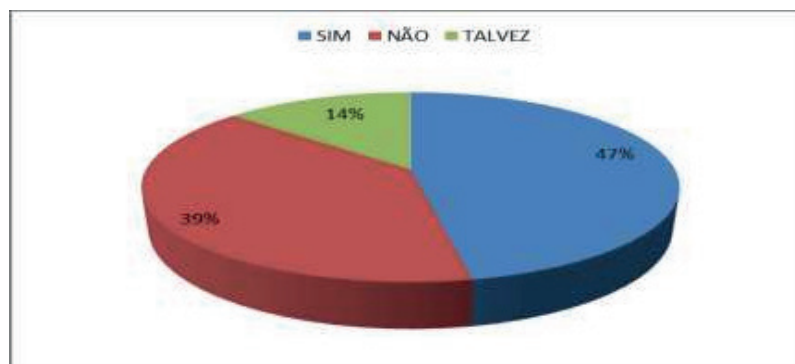


Gráfico 3: Demonstrativo dos alunos favoráveis e desfavoráveis ao preparo para o ENADE via IES

Fonte: Dados da Pesquisa. Elaborado pelo autor.

Com relação a identificação de ganho pessoal ou profissional atrelado ao conceito do curso (Nota obtida no ENADE), dos 81 alunos que responderam ao questionário, 42% acredita que SIM, que há ganhos pessoal/profissional atrelada ao conceito obtido no ENADE. Alguns alunos sustentam o lado positivo tanto para aferir seu preparo quanto para auxiliar ganhos para o curso:

- “O ganho pessoal seria o saber de sua avaliação, como está preparado.” (Q7)
- “Sim, prova a boa didática nos métodos aplicados.” (Q32) “Sim. O curso ganha mais prestígio.” (Q29)
- “Sim, valoriza o diploma.” (Q51)
- “Sim. Um curso bem avaliado tem boa imagem e aceitação no mercado.” (Q72)
- “O pessoal é contribuir para a sociedade, mostrando o conhecimento da universidade que cursou. O profissional pois se o curso é bom, já valorizações do diploma.” (Q80)
- “Sim, os melhores cursos no ENADE acabam tendo publicidade na mídia, o que gera um maior reconhecimento ou até mesmo conhecimento por parte do mercado de trabalho, assim refletindo no egresso.” (Q4)

Dentre os que responderam, considera-se para 4% que o conceito do ENADE não gera nenhum ganho em nenhuma das áreas e 2,5% alegou não saber responder. De acordo com a pesquisa, para 51,5% dos alunos o conceito do ENADE não garante nenhum ganho pessoal ou profissional. E há destaque para alguns trechos transcritos a seguir, em que sugerem a validade para pós-graduação stricto-sensu como o ANPAD:

“Não, em nada contribui já que a média dos alunos que atribui o conceito. Enquanto ele não for instrumento de ingresso no ensino stricto sensu, como o ANPAD, não enxergo um benefício direto para o aluno.” (Q65)

“Não, o aprendizado independe desse tipo de avaliação.” (Q31)

“Para instituições privadas iniciantes pode ser bom para alavancar a mesma. Mas as vezes isso pode não ser o suficiente.”(Q78)

“Acredito, tendo em vista ser aluna de curso EAD, que boa parte da nota do ENADE é composta pelo comprometimento do graduando face ao curso e instituição escolhidos.” (Q53)

“Nenhum ganho. A universidade ganha mais que o aluno.” (Q13)

“Não vale para nada. Ninguém numa entrevista quer saber a nota do Enade do curso que você fez querem saber suas experiências. Em concurso então fazer o Enade também não serve pra nada. Portanto, o exame não tem muito sentido.” (Q2)

Quando questionados se o aluno acredita que os resultados obtidos no ENADE podem provocar mudanças nos cursos e nas instituições de ensino, a maioria, 48% dos alunos acredita que sim. Conforme o gráfico abaixo percebe-se que os alunos ficaram divididos nas respostas ultrapassando as expectativas de respostas:



Gráfico 4: Análise a respeito das mudanças que podem ou não ser provocadas através do ENADE nas IES

Fonte: Dados da Pesquisa. Elaborado pelo autor.

Percebeu-se que a resposta TALVEZ, representou 10% enquanto o percentual de alunos que NÃO acreditam em contribuições apresentou o índice de 21%. Observou-se que houve dúvida nos respondentes, pois as respostas não se limitaram a NÃO, SIM e TALVEZ. As respostas dadas como: DEPENDE 4%, POSSIVELMENTE 2%, POUCO PROVÁVEL 6%, DEVERIA 9% tiveram um percentual expressivo, que se somados são 21%, igual as respostas NÃO.

Nesse contexto, em que observa-se um apanhado de respostas para a mesma questão, expõe-se a seguir trechos significativos para reflexão e possíveis debates acerca do tema futuramente:

“Sim, pois significam como um “termômetro” da qualidade do ensino aplicado.” (Q3)

“Talvez, se os resultados forem aplicados no desenvolvimento dos pontos fracos dos alunos.” (Q10)

“Sim, um curso com um conceito baixo terá a oportunidade de melhorar para poder captar alunos, os que obtiverem bons conceitos procuram a manutenção destes.” (Q79)

“Nas instituições sim, pois sinaliza quais dificuldades estão se tornando comuns” (Q41)

“Pode ser um fator de percepção de futura melhoria. Mas acredito que as instituições não se pautam por isso. Principalmente as públicas.” (Q8)

“Sim, sempre busco essa informação.”(Q50)

“Apenas para a venda da imagem da universidade. Não enxergo nenhuma mudança nos cursos e nem nas instituições porque muitas transformaram isso num marketing apenas para atrair alunos e se vender como boa.” (Q63)

“Acredito que deveriam, uma vez que todo curso deveria buscar ser nota 5. Assim quando essa não vem, deve se melhorar para conseguir melhores resultados futuros.” (Q22)

“Sim. Depende da Coordenação de Curso em estudar os resultados e usa-los para desenvolver melhorias.” (Q76)

A última questão refere-se a validade do ENADE para a vida profissional do aluno. Novamente, diversas respostas foram apresentadas, pontos positivos e negativos foram levados em consideração. Dentre os pontos negativos, 37% acredita que o ENADE não tem nenhum valor no âmbito profissional. Outros 32% acreditam que o ENADE possa contribuir e 31% não sabem opinar. Dentre algumas justificativas para essas respostas incluem:

“Na verdade o enade não me capacita pra uma vida profissional e sim o meu desempenho ao longo do curso, o enade só avalia o que foi absorvido.” (Q27)

“Não sendo diretamente mas indica se a instituição a qual estudo está bem qualificada.” (Q52) “Pouco importante.” (Q69)

“Abrir novas oportunidades a partir do nome da instituição que estudei.” (Q30)

“Na minha vida profissional, até o momento, não apresentou diferença considerável.” (Q1) “A nível imediato importante, a longo prazo nem tanto.” (Q39)

“Não muita. Acredito que serve mais de parâmetro para a escolha da IES que melhor leciona o curso.” (Q16)

“Como dito, se enade tivesse o mesmo peso do anpad, seria muito mais válido, mas creio que esta ferramenta não é de uso dos alunos, e sim das instituições de ensino.” (Q40)

“Acho que no mercado ele pode ser um diferencial na conquista de vagas.” (Q49)

“Não tenho conhecimento que seja pré-requisito para qualquer conquista em emprego na área privada, no setor público, onde seu acesso é por concurso, não vejo qualquer influência.” (Q70)

Percebe-se que a questão levantada foi a que apresentou a maior divisão quanto as respostas. Acredita-se para a maioria que o exame poderia ter outra finalidade, inclusive levantam a comparação com o ANPAD, que é um exame utilizado para acesso aos processos de Mestrados Acadêmicos e Profissionais. Levando-se em consideração que no âmbito profissional, seja na esfera privada seja na esfera pública não se utilizam índices do ENADE, seja esse o reflexo dos processos seletivos que os

alunos retrataram, do qual realizar o exame ou não quase não influencia, exceto pela exigência do diploma que está atrelado à participação no referido exame.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal finalidade deste trabalho foi verificar a percepção dos alunos do curso de Administração Pública a respeito do ENADE. Questionou-se o que é o exame, sua composição, buscou-se extrair a visão dos alunos acerca dos sentimentos atrelados a realização do exame, tal que foi alcançado, tendo a maioria dos respondentes conseguido explicar e posicionar-se acerca do proposto.

Há a percepção de que embora a maioria saiba o que é o ENADE, a pesquisa retrata que nem mesmo os alunos que prestaram o exame conseguiram descrever do que é composto o exame. Retrata-se, portanto, a necessidade de melhor se divulgar nas mídias e no meio acadêmico, a composição do ENADE, para que os alunos possam em parte desmistificar conceitos enraizados referente à avaliação.

Ao trabalhar a importância do exame e propiciar maiores esclarecimentos da estrutura e composição da avaliação, espera-se mudança de cenários. No cenário apresentado na pesquisa, embora 42% dos alunos acreditem que há ganhos pessoal/profissional atrelado ao conceito obtido no ENADE apenas 32% acreditam que o ENADE possa ser válido para sua vida profissional.

A pesquisa apresentou a necessidade da Universidade preparar o aluno para o ENADE reforçando que o conceito apresentado pode provocar mudanças nos cursos e nas instituições de ensino para 48% dos respondentes, que corresponderam nesse quesito a maioria.

Dentre as questões propostas, o fator obrigatoriedade norteou as principais respostas dos alunos, corroborando com a descrição de Pereira (2010), que entre outros fatores cita que a obrigatoriedade é um dos elementos que dão razões às críticas e colocam em xeque a legitimidade do ENADE. Verificou-se que o sentimento negativo está atrelado a obrigatoriedade das avaliações e geram como evidenciado pela pesquisa, sentimentos de ansiedade, preocupação, medo e até desconforto que podem ser fatores que impactam nos resultados das avaliações, pois causam impacto emocional nos alunos.

É interessante questionar: se a maioria não é favorável à obrigatoriedade e ainda sim acredita ser importante o preparo para o exame, qual seria a validade da obrigatoriedade? No modelo estruturado, o exame funciona mais como meio de obtenção do diploma e pouco se enxerga através do exame ferramentas para utilizá-lo em outro contexto.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Lei N°. 10.861 de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior–SINAES e dá outras providências disponível em** <http://www.planalto.gov.br>, acesso em, v. 19, 2004.
- BRITO, M. R. F. de. SINAES and ENADE: From conception to implementation. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 13, n. 3, p. 841-850, 2008.
- CRUZ, C. F. et al. Uma análise do desempenho do curso de Ciências Contábeis no ENADE a partir do Processo de Raciocínio da Teoria das Restrições. **Revista de Contabilidade** da UFBA, v. 3, n. 3, p. 33-48, 2010.
- DA CRUZ, A. J. et al. Desempenho dos Alunos no ENADE de 2009: um estudo empírico a partir do conteúdo curricular dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 6, n. 2, p. 178-203, 2013.
- EISENHARDT, K. M. Building Theories from Case Study Research. *The Academy of Management Review*, v. 14, n. 4, 1989, p. 532-550.
- GIL, A. C., 1946- Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002 GRIBOSKI, C. M. O ENADE COMO INDUTOR DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 23, n. 53, p. 178-195, set/dez. 2012
- INEP/MEC. SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 4. ed., ampl. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Diversos (Educação Superior). Disponível em <http://inep.gov.br/web/guest/home> Acesso em 10 de jun 2017.
- KENSKI, V. M. O DESAFIO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL. Disponível em: <http://www.faced.ufjf.br/> Acesso em 05 de jun 2017.
- LLEWELLYN, S.; NORTHCOTT, D. The “singular view” in management case studies qualitative research in organizations and management. *An International Journal*, v. 2, n. 3, 2007, p. 194-207.
- MUGNOL, M. A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: conceitos e fundamentos. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 9, n. 27, p. 335-349, maio/ago. 2009
- NEVES, A. P.; DE SOUZA DOMINGUES, M. J. C. **Desempenho dos Estudantes das Instituições Públicas e Privadas no ENADE: Um estudo no Estado de Roraima**. 2009.
- PEREIRA, A. Guia Prático de Utilização do SPSS: Análise de dados para Ciências Sociais e Psicologia. 4 ed. Lisboa: Silabo , 2003.
- POLL, A. P.; ABREU, J. C. A. Curso de Administração Pública: alinhamento, dispersão ou formação de

um novo campo? Revista Temas de Administração Pública, Edição Especial, v. 1, n. 6, 2010.

PORTAL. PNAP. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/pnap/5465-qual-o-objetivo> Acesso em 30 de maio 2017.

PORTAL. UAB. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/uab> Acesso em 30 de maio 2017. PORTAL. CEDERJ. Disponível em: <http://cederj.edu.br/cederj/> Acesso em 30 de maio 2017.

SCHLOSSER, R. L. A atuação dos tutores nos cursos de educação a distância. **Colabor@ - Revista Digital da CVA - Ricesu**, ISSN 1519-8529 Volume 6, Número 22, Fevereiro de 2010

VERHINE, R. E.; DANTAS, L. M. V.; SOARES, J. F. Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino superior brasileiro. Ensaio: aval. pol.públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.52, p. 291-310, jul./set. 2006.

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO

1. Qual o seu polo, em que ano e semestre você iniciou o curso?
2. Deverá ser respondido o Polo, ano e semestre em que o aluno ingressou no curso.
3. Qual é o seu sexo?
4. Informar gênero feminino ou masculino.
5. Já prestou o ENADE? Em qual ano?
6. Informar se prestou ou não o exame e o ano em que o prestou.
7. Você sabe o que é o ENADE? Se tivesse que explicar, como você definiria? Definir o que é o exame e explicar brevemente.
8. Você sabe do que é composto o ENADE? Poderia descrever? Descrever a composição do exame e descrevê-lo.
9. Qual sua percepção acerca da obrigatoriedade do exame? Que sentimentos essa situação lhe provoca, pode descrever?
10. Informar a percepção e os sentimentos acerca da obrigatoriedade do exame.
11. Você acha que a instituição de ensino deve preparar o aluno para realizar o ENADE? Responder entre as alternativas: SIM, NÃO ou TALVEZ.
12. Identifica algum ganho pessoal ou profissional atrelado ao conceito do curso (nota no ENADE)?
13. Informar suas perspectivas pessoal e/ou profissional atrelado ao ENADE.
14. Você acredita que os resultados obtidos no ENADE podem provocar mudanças nos cursos e nas instituições de ensino?
15. Descrever as percepções pessoais.

16. Qual sua percepção acerca da validade do ENADE para sua vida profissional? Descrever as percepções acerca do âmbito profis

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-180-0

